

UMA REFLEXÃO SOBRE PROJETO POLÍTICO

Alexandre do Nascimento*

Como uma ação coletiva popular e, portanto, como um movimento social popular, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) construiu a possibilidade de transformar o trabalho de educação popular, através do ensino pré-vestibular, em uma forma de ação político-cultural e articulação popular, além de fortalecer a luta de combate ao racismo, à discriminação e à exclusão. O PVNC proporcionou expressão ao trabalho popular de preparação de estudantes para o vestibular e, de certa forma, fortaleceu a luta das entidades e organizações que atuam no combate à discriminação e no questionamento da atual (e quase hegemônica) lógica neoliberal de relações sociais. Esse é um fato concreto.

Entretanto, nas práticas do PVNC podemos observar a existência e algumas contradições e de um problema que prejudica a meu ver prejudica um pouco sua atuação: o pragmatismo. Em muitas vezes nos deixamos de fazer análises mais aprofundadas sobre o contexto e o campo no qual atuamos, dificultando a necessária reflexão sobre os caminhos a trilhar e sobre seu projeto político.

O Estudo, o debate e a interrogação permanentes, o aprofundamento teórico sobre algumas questões que dizem respeito ao campo de intervenção dos Cursos Pré-Vestibulares, são fundamentais para o fortalecimento das suas práticas. Esse aprofundamento passa pela análise e elucidação sobre alguns conceitos e idéias. Democracia, cidadania, autonomia, interculturalismo, entre outros, são conceitos que têm aparecido nos discursos e propostas sociais e educacionais oficiais, e como preocupações de pesquisadores, educadores e organizações da sociedade civil.

Embora sejam preocupações legítimas e importantes, parece-nos fundamental e urgente que essas questões sejam analisadas, na perspectiva de elucidá-las ou até mesmo reconceituá-las, sob pena de que as ações político-pedagógicas populares fundamentadas nessas concepções, busquem apenas a integração dos grupos que representam à lógica do mercado, que é a lógica da liberdade privada, da acumulação de capital sem limites éticos, da desigualdade social, da discriminação e da exclusão.

São, portanto, questões que não devem ser tratadas de maneira descontextualizada, sem considerar os aspectos políticos, sociais e econômicos e o projeto de sociedade, a partir dos quais os discursos, as propostas e as ações educacionais se desenvolvem.

O projeto político é o elemento em torno do qual estão concentradas as preocupações deste texto. *"Projeto porque intencionalidade das perspectivas de atuação solidária. Projeto político por que se trata de opções fundamentalmente éticas assumidas pela concidadania responsável em um amplo debate"* (Marques, *Projeto Político-Pedagógico*, 1996:143-156). Projeto político porque um dos grande desafios da sociedade e, especificamente, daqueles que lutam por relações sociais mais democráticas, é a construção de condições culturais, sociais e materiais que contribuam para a emancipação humana.

Cabe ressaltar ainda que um projeto político democrático não é aqui concebido como uma construção a partir de definições prévias, mas como uma construção permanente que se alimenta do saber que o fundamenta e do fazer que constantemente o (re)constroe, das identidades e formulações autônomas dos próprios sujeitos sociais. Não há uma relação de dependência entre projeto e movimento social, mas um movimento social não se fortalece sem que tenha projetos. A história nos confirma isso.

Para o professor Antonio Dourado, um dos fundadores do Pré-Vestibular para Negros e Carentes e coordenador do Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares, do Município de Belford Roxo *"o projeto político-pedagógico determina a ação e essa mesma ação retorna ao projeto político-pedagógico propondo a sua reelaboração. Quando o individuo age, esta ação acaba por determinar a reelaboração do projeto"*.

Embora não haja clareza na definição de projeto, há nessa afirmação a preocupação em relacionar projeto e ação. Um projeto propõe práticas, as práticas reelaboram o projeto. O projeto explicita princípios e metas que contribuem para práticas conscientes. Esta relação é, aliás, uma preocupação que devemos ter no PVNC.

Pode-se afirmar o mesmo sobre educação e projeto, pois como prática e, portanto, como ação, a educação se constrói a partir de um projeto, mesmo que o educador não tenha consciência disso. Projetos econômicos, políticos, culturais, pedagógicos determinam as políticas educacionais, os valores e finalidades da educação. Em qualquer propostas educacional, alienadora ou emancipadora, essa relação é de fundamental importância, pois, como afirma Lilian do Valle em sua *A Escola Pública e a crise do pensamento utópico*, *"queiramos, ou não, o domínio da educação é sempre, e continuamente, o do projeto. Trabalha com o que ainda não está aí, com a*

construção, com a antecipação. A educação é o projeto de criação do mundo humano, pela criação do homem que o habita (...) Por isso educação é forçada a se pensar como atividade imaginária, imaginar o mundo e o homem que se prepara".

Para uma educação que se pretende emancipadora essa relação é de fundamental importância. O conceito de imaginário social abre algumas possibilidades de reflexão. Cornelius Castoriadis, em sua *Instituição imaginária da sociedade*, fornece uma grande contribuição. No pensamento desse autor, o imaginário social, muito mais que *imagem de*, é potência criadora que circunscreve a praxis social. O imaginário social é "poder criador, poder instituinte e coletivo através do qual a sociedade se cria a si própria, criando seus valores, suas formas de prática social e material, suas relações e símbolos" (Lilian do Valle). Entretanto, a emancipação da sociedade não decorre naturalmente da simples existência desse poder criador, mas requer que a sociedade lance mão dessa capacidade de criação para construir novas relações, novos projetos, novas propostas e novas práticas.

Voltando aos movimentos sociais, observamos na história que as lutas populares são, na maioria das vezes, de caráter cultural e reivindicatório. Entretanto, parece importante e urgente que esses movimentos sejam também propositivos. Mas, para que possamos construir propostas democráticas para a sociedade, especificamente para a educação (incorporando necessariamente relações simétricas entre os grupos étnicos), é mister, em primeiro lugar, que tenhamos nitidez das concepções e princípios sobre os quais devemos nos basear. Isso significa construir os fundamentos a partir dos quais devem se desenvolver as nossas práticas político-pedagógicas. Significa, de uma forma mais ampla, construir sentido para a nossa luta.

É importante que, junto com a tarefa de preparar para o vestibular e tentar facilitar o acesso dos nossos estudantes à universidade, temos que nos ocupar da tarefa coletiva de elucidar os mecanismos de dominação e exclusão, as relações assimétricas entre classes, raças e gênero, as desigualdades existentes nas relações sociais e pensarmos a construção de condições culturais e políticas que facilitem surgimento da autonomia individual e coletiva. É urgente e necessário um projeto de sociedade que amplie a esfera do político e do público, que defina o sentido da educação, da pedagogia e do currículo, colocando sempre no centro de suas preocupações os grupos historicamente dominados, discriminados e desfavorecidos, aceitando desta maneira o desafio de visualizar relações menos excludentes no seio da sociedade.

O PVNC possui grande possibilidade de ser um movimento expressivo e influente. Temos que construir condições para isso. Temos que ser mais que Cursos Comunitários. Temos que produzir relações pedagógicas diferentes nas nossas salas de aula. Temos que possuir um Projeto Político, para que possamos ter maiores condições de construir propostas para a sociedade. Temos que ter princípios e (re)definir nossas linhas de ação.

* Alexandre do Nascimento é membro da coordenação do Núcleo Metrópole e professor do Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares. Contatos para debates de Cultura e Cidadania: tel. 9701-4386.